

# Educação, renda e cidadania

Bruno G. Fleury\*

**O**Brasil esteve envolvido nos últimos trinta anos em infundáveis discussões sobre questões conjunturais de sua economia. De tempos em tempos, um assunto era escolhido, com o qual eram dispendidos enormes esforços na tentativa de encontrar soluções ou explicações para o endividamento externo, a inflação, o déficit público etc. Enquanto isso, intelectuais e políticos de plantão elegiam outros temas (eleições diretas, constituinte, impeachment) como solução para equacionar os inúmeros problemas que estavam emperrando o desenvolvimento brasileiro. No entanto, questões estruturais (educação, saúde, habitação, etc) foram sendo colocadas de lado, como se estas não fossem essenciais ao processo de desenvolvimento do País.

Com a aceleração da internacionalização da economia (ou globalização, como queiram), tornou-se explícito o quanto difícil tem sido a inserção de nosso país nesse processo, em virtude de problemas crônicos, como a falta de preparo de nosso trabalhador (educação insuficiente), a precariedade de nosso sistema de saúde (calcado basicamente no atendimento curativo), o transporte coletivo ineficaz e desumano, a inexistência de uma política habitacional acessível aos assalariados, em suma, questões estruturais não priorizadas até hoje pela administração pública.

Nesse aspecto gostaríamos de abordar, mais especificamente, a questão da educação, eleita pela Igreja Católica em 1998 como o tema de sua Campanha da Fraternidade. O governo federal lançou neste ano, também, o programa Toda Criança na Escola. Enfim, são diversos os segmentos da sociedade brasileira que se mobilizam na discussão desse assunto e na forma de solucioná-lo. Evidente que, em qualquer programa de desenvolvimento

econômico-social de um país, é extremente necessário o investimento maciço em educação.

Mas, no Brasil, a solução tem sido construir escolas. Será que abrir novas vagas e realizar campanhas para incentivar a matrícula dos que não estão estudando irá resolver o problema? Os diagnósticos feitos por diversos organismos nacionais e internacionais apontam para a insuficiência de renda familiar como fato preponderante no crescimento da evasão escolar e da repetência. Milhares de crianças, desde cedo, são obrigadas a trabalhar no

campo ou na cidade, deixando de ir à escola, ou nem mesmo se matriculando, já necessitam para complementar a renda de suas famílias. Trabalho este, explorado por empregadores inescrupulosos, que criminosamente colocam crianças em situação de risco, justamente na fase de seu desenvolvimento físico/intelectual. Essas mesmas crianças, ao chegarem à idade adulta, por não terem conseguido aprender a ler, a escrever ou fazer contas, dificilmente terão uma oportunidade de trabalho que lhes proporcionem uma remuneração decente. É a chamada pobreza genética, pois passa de pai para filho.

Nesse sentido, como forma inclusiva de resgatar a cidadania dos componentes dessas famílias, é necessário estimular a implantação de programas de complementação de renda familiar que prometam às famílias com a freqüência de suas crianças à escola.

Qual a relação entre renda,



cidadania e educação? O ser humano tem entre os seus sentimentos um que preza muito, que é o orgulho próprio, orgulho de conseguir com o seu próprio esforço, orgulho este que muitos tentam aniquilar. Em vez de darmos ali-

mentos, roupas, cobertores, material de construção, etc, não seria muito mais coerente e decente complementar-se a renda dessas mesmas famílias para que elas possam decidir como, onde e quando aplicá-la? Os diversos programas de renda mínima implantados no país têm mostrado que as famílias sabem administrar o recurso recebido adequadamente (alimentação e educação dos filhos, principalmente).

Sendo assim,

há uma íntima relação entre renda, educação e cidadania. Toda pessoa tem direito a ter uma renda mínima que lhe garanta uma sobrevivência digna e que lhe possibilite manter suas crianças freqüentando as escolas. Além disso, os programas de renda mínima também desenvolvem um trabalho efetivo com as famílias, buscando detectar e solucionar questões que possam dificultar a sua evolução na sociedade, tornando-se um cidadão, na verdadeira acepção da palavra. Por isso, a necessidade de um íntimo relacionamento dos programas de renda mínima com outras ações sociais, como: a prevenção ou combate ao uso de drogas, a formação profissional, a alfabetização de adultos, o financiamento de pequenos negócios (como os Bancos do Povo), o encaminhamento para o emprego, etc.

No Brasil, hoje, são mais de 90 cidades discutindo ou desenvolvendo programas de renda mínima. Em Brasília, mais de 22 mil famílias com filhos entre 7 e 14 anos recebem um salário mínimo para manter os filhos nas escolas. Em Campinas (SP), o programa de renda mínima atende a mais de duas mil famílias/mês. Em Franca (SP) e no Mato Grosso do Sul, os programas contam inclusive com o apoio do Unicef.

Em Goiânia, o programa vem sendo desenvolvido pela Prefeitura Municipal, através da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (Fumdec), com grupos de famílias de várias regiões da periferia, com resultados extremamente significativos em termos de freqüência escolar. As ações desenvolvidas têm contribuído decisivamente para a melhoria da condição econômica daquelas famílias, num trabalho integrado de todos os organismos municipais.

Segundo técnicos da Unicamp que pesquisaram os programas de renda mínima desenvolvidos no País, as experiências realizadas até aqui indicam resultados positivos, no sentido de reduzir efetivamente o número de crianças fora da escola, melhorando o rendimento escolar dos beneficiários, elevando a qualidade de vida dessas famílias, com o ganho de poder aquisitivo que a complementação de renda representa.

Essa proposta, portanto, tem se mostrado a mais acertada, uma vez que ao melhorar as condições de vida das famílias, e dando condições para que as crianças possam ter acesso à educação, sem ter que trabalhar, cresce fortemente a possibilidade de rompimento da cadeia de reprodução da pobreza, que é a baixa escolaridade.

\*Economista, secretário-executivo do Programa de Renda Mínima de Goiânia.